

RECURSO ESPECIAL Nº 1.629.904 - SP (2016/0259438-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : JOAO JOVENTINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : SORAYA ANDRADE LUCCHESI DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP101934
RECORRIDO : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
ADVOGADO : MARIA EDUARDA FERREIRA R DO VALLE GARCIA E OUTRO(S) - SP049457
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OPÇÃO DE RECEBIMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM A RFFSA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOÃO JOVENTINO DE OLIVEIRA, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 344/345):

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. EX-FERROVIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EQUIPARAÇÃO. PARADIGMA DA CPTM. IMPOSSIBILIDADE.

- Agravo da parte autora sustentando fazer jus ao recebimento da complementação da aposentadoria com base na tabela salarial da CPTM.

- Conforme CTPS juntada aos autos, o autor ingressou no serviço ferroviário como empregado da RFFSA em 01/09/1970. Em 07/10/1988, foi absorvido pelo Quadro de Pessoal da CBTU. Em 28/05/1994, passou a integrar o Quadro de Pessoal da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, tendo se aposentado em 04/07/1996.

- A Lei nº 8.166/91, em seu artigo 1º, instituiu a complementação da aposentadoria aos ferroviários admitidos até 31/10/69, na RFFSA, suas estradas de ferro, unidades operacionais e subsidiárias, sendo que a Lei nº 10.478/02, estendeu a complementação da aposentadoria aos ferroviários admitidos até 21 de maio de 1991, na mesma forma da Lei nº 8.186/91.

- Ex-funcionário da RFFSA, ainda que integrado aos quadros de suas subsidiárias (CBTU ou CPTM) faz jus ao benefício complementar. Todavia, não se defere ao segurado a opção pelo servidor da ativa a ser adotado como paradigma, nos termos da Lei 11.483/07 e 10.233/01 e da Lei Estadual 7.861/92.

- Conquanto a CPTM seja subsidiária da RFFSA, trata-se de empresas distintas, não servindo o funcionário da primeira de paradigma para aqueles da segunda. Além do que, há disciplina legal expressa sobre o tema - cuja constitucionalidade não se impugna - estabelecida pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, em seu artigo 118, que expressamente prescreve que a paridade de remuneração terá como referência os valores remuneratórios

percebidos pelos empregados da RFFSA.

- Em virtude de desligamento por demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do último empregado ativo oriundo da extinta RFFSA, os valores previstos no respectivo plano de cargos e salários passarão a ser reajustados pelos mesmos índices e com a mesma periodicidade que os benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, continuando a servir de referência para a paridade de remuneração prevista nas Leis 8.186/91 e 10.478/02.

- A decisão monocrática com fundamento no art. 557, caput e § 1º-A, do C.P.C., que confere poderes ao relator para decidir recurso manifestamente improcedente, prejudicado, deserto, intempestivo ou contrário a jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, sem submetê-lo ao órgão colegiado, não importa em infringência ao CPC ou aos princípios do direito.

- É assente a orientação pretoriana no sentido de que o órgão colegiado não deve modificar a decisão do Relator, salvo na hipótese em que a decisão impugnada não estiver devidamente fundamentada, ou padecer dos vícios da ilegalidade e abuso de poder, e for passível de resultar lesão irreparável ou de difícil reparação à parte.

- Agravo legal improvido.

Embargos rejeitados

O recorrente alega violação do artigo 2º da Lei 8186/1991, sob o argumentos de que faz jus à declaração do direito à equiparação de sua remuneração de aposentadoria à remuneração do pessoal da ativa, ainda que tenha se aposentado pela CPTM para fins de fixação do benefício de complementação.

Sem contrarrazões oferecidas.

Juízo positivo de admissibilidade à fls. 382.

É o relatório. Passo a decidir.

Caso em que o recorrente, desde a origem, se insurge contra sentença que julgou improcedente ação ordinária ajuizada pela a União e o INSS, que entendeu como infundada a revisão da complementação da aposentadoria do autor com fundamento nas Leis n. 11.483/07 e 10.233/01, para assegurar o pagamento, a título de complementação de aposentadoria, de modo assegurar a paridade entre proventos e remuneração do pessoal em atividade na CPTM.

No mais, destaca-se do acórdão recorrido o seguinte trecho (fls. 336/341):

As seções urbanas da RFFSA de todo o país originaram, nos anos 1970, a Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU) sendo substituída, em 1984, pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Todas as ferrovias controladas pelo Governo Estadual de São Paulo foram unificadas em 1971, para formar a Ferrovia Paulista SA (FEPASA). A FEPASA criou a FEPASA DRM, que era uma divisão que só administrava o transporte de passageiros dentro das regiões metropolitanas do estado. Essa foi incorporada à CPTM em 1996.

Em 1992, a seção paulistana da CBTU foi transferida para o controle da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), sociedade de economia mista vinculada à Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, criada pela Lei nº 7.861, de 28 de maio de 1992.

O autor ingressou no serviço ferroviário como empregado da RFFSA em 01/09/1970. Em 07/10/1988, foi absorvido pelo Quadro de Pessoal da CBTU. Em 28/05/1994, passou a integrar o Quadro de Pessoal da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, tendo se aposentado em

04/07/1996.

Aduz que a Lei nº 8.166/91, em seu artigo 1º, instituiu a complementação da aposentadoria aos ferroviários admitidos até 31/10/69, na RFFSA, suas estradas de ferro, unidades operacionais e subsidiárias, sendo que a Lei nº 10.478/02, estendeu a complementação da aposentadoria aos ferroviários admitidos até 21 de maio de 1991, na mesma forma da Lei nº 8.186/91.

Alega estar recebendo a complementação da sua aposentadoria com base na tabela da RFFSA, quando acredita que deveria estar recebendo com base na tabela salarial do CPTM.

[...]

Assim, em virtude de desligamento por demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do último empregado ativo oriundo da extinta RFFSA, os valores previstos nos respectivo plano de cargos e salários passarão a ser reajustados pelos mesmos índices e com a mesma periodicidade que os benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, continuando a servir de referência para a paridade de remuneração prevista nas Leis 8.186/91 e 10.478/02.

De acordo com a cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e extrato Dataprev (fls. 11/15 e 203), o autor ingressou no serviço ferroviário como empregado da RFFSA em 01/09/1970. Em 07/10/1988, foi absorvido pelo Quadro de Pessoal da CBTU, sendo que em 28/05/1994, passou a integrar o Quadro de Pessoal da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, tendo se aposentado em 04/07/1996.

Assim, ante o preceituado nas disposições citadas e mesmo diante da falta de previsão legal que permita a equiparação, a recorrente não faz jus à equiparação com os funcionários da ativa da CPMT.

Em outras palavras, ex-funcionário da RFFSA, ainda que integrado aos quadros de suas subsidiárias (CBTU ou CPTM) faz jus ao benefício complementar. Todavia, não se defere ao segurado a opção pelo servidor da ativa a ser adotado como paradigma.

Conquanto a CPTM seja subsidiária da RFFSA, trata-se de empresas distintas, não servindo o funcionário da primeira de paradigma para aqueles da segunda. Além do que, há disciplina legal expressa sobre o tema - cuja constitucionalidade não se impugna - estabelecida pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, em seu artigo 118:

[...]

Logo, descabe cogitar de eleição de paradigma, porquanto expressamente determinado pela lei a adoção da remuneração devida aos empregados da RFFSA que foram absorvidos pela ANTT. (grifei)

Anota-se que a situação que se assemelha ao caso dos autos, inclusive com o mesmo patrono, o Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que a alteração das conclusões firmadas no voto condutor, para reconhecer "o direito de obter a complementação de aposentadoria com base nas tabelas salariais da CPTM (integrava a CBTU até a cisão parcial com base na Lei Federal n. 8.693/93), tal como sustentado pelo recorrente, encontra óbice no teor da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OPÇÃO DE RECEBIMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM A RFFSA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO

DE SIMILITUDE FÁTICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

II – In casu, rever o entendimento do tribunal de origem, que consignou que o Recorrente **firmou termo de opção, declarando consentir em receber a complementação de aposentadoria de acordo com as regras da RFFSA, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.**

V – Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1604771/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 6/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EX-FERROVIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI Nº 8.186/1991. TABELA DA RFFSA. TRENSURB. OPÇÃO DO APOSENTADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

2. O Tribunal de origem, ao analisar o presente caso, com base no conjunto fático-probatório, concluiu que **o agravante firmou termo de opção em que expressamente declara estar de acordo em receber a complementação de aposentadoria tendo como referência a tabela salarial da RFFSA.**

3. Deste modo, rever a decisão do Tribunal de origem, demandaria o necessário revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do constante na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.628.827/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13/3/2017)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator